INFORMAÇÃO N.º EEJZ4918798

DATA: 2025-11-15

NIPC / NIE: 4918798

Identificação do Requerente

Nome: MOJGAN ABOLHASSANI GAZNAGH

Data de Nascimento: 1984-05-16

N.º Doc. Identificação: B67173997

Assunto: Projeto de Decisão de Indeferimento - audiência prévia de interessados (artigo 91.º, n.º 2, da Lei 23/2007, de 4 de julho, na sua atual redação)

I. Estado do seu processo

Na sequência do seu atendimento presencial num posto de atendimento da EMAIMA, o seu pedido de renovação de autorização de residência para estudantes do ensino superior foi analisado e verificou-se que não está em condições de ser deferido, pelos seguintes motivos:

a) O requerente não comprovou a manutenção das condições específicas para a atribuição da autorização de residência, previstas no artigo 63.º, n.º 7, do Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro.

b) Outras informações

Falta de apresentação de matrícula em estabelecimento de ensino superior, referente a 2025/2026;

Falta de apresentação do pagamento das propinas exigidas pelo estabelecimento de ensino superior, referente a 2025/2026.

II. O que pode fazer para evitar o indeferimento

Para evitar o indeferimento do seu pedido de renovação da autorização de residência deverá proceder da seguinte forma, no prazo de 10 dias úteis a contar da receção deste aviso:

Para apresentar esta exposição escrita deverá utilizar exclusivamente o seguinte link: services.aima.gov.pt

III. Advertências finais

Por favor, tenha em atenção o seguinte:

- Este aviso serve de notificação para exercer o seu direito de audiência prévia, de acordo com o disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código de Procedimento Administrativo.

- Esta notificação é feita por via eletrónica ao abrigo do disposto nos artigos 14.º e 62.º do CPA, e nos termos do consentimento prestado por si no acesso ao portal de serviços AIMA, em https://services.aima.gov.pt, em obediência ao disposto no n.º 1 do artigo 63.º do Código do Procedimento Administrativo.

- Qualquer resposta que não seja apresentada no portal de serviços por esta forma (por exemplo, por email ou por correio) poderá resultar na impossibilidade de apreciar o seu pedido no prazo concedido para o efeito, resultando no seu indeferimento.

- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 122.º do CPA, o processo administrativo pode ser consultado por via eletrónica no portal, bastando para o efeito aceder à sua área de utilizador com as credenciais que lhe foram fornecidas (nome de utilizador e palavra-passe).

O responsável pela direção do procedimento,
Luís Coimbra
(Diretor do Departamento de Procedimentos, Auditoria e Qualidade)